

# OS DESAFIOS DO DIREITO URBANÍSTICO: OS HOMICÍDIOS NO BRASIL

*Data de aceite: 01/11/2023*

### **Lucimara Albieri**

Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Tocantins (PPG Ciamb-UFT).

### **Mariela Cristina Ayres de Oliveira**

Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Tocantins (PPG Ciamb-UFT).

### **Guido Camilo Ribeiro**

Discente do curso Pós-Graduação em Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Tocantins

**PALAVRAS-CHAVE:** ambiente urbano; violência e mapas de risco.

Para Castells (2014) o processo intenso de urbanização não conseguiu ser acompanhado pelo nível de produção da indústria e logo levou à produção de espaços de pobreza, formados por uma grande massa de desempregados nas

ciudades, provocando um grande déficit habitacional, ineficiência na prestação de serviços públicos e impulso da segregação das classes sociais. Para Adorno (2002), nesses locais, a possibilidade de ser vítima de homicídio é consideravelmente maior.

O Programa Nacional de Direitos Humanos, no ano de 2010, com o objetivo de formular políticas públicas de promoção e de proteção ao cidadão, deu início à elaboração de mapas de violência urbana e rural, identificando as regiões que apresentavam maior incidência de violência e criminalidade e incorporando dados e indicadores de desenvolvimento, qualidade de vida e risco de violência contra grupos vulneráveis (BRASIL, 2010).

Os mapas de risco elaborados para diferentes capitais brasileiras sugerem que os moradores de áreas, bairros e regiões precárias socialmente, e carentes de infraestrutura urbana, estão muito mais expostos ao crime de homicídio (DILLON SOARES, 2000; CANO, 1998; CANO E SANTOS, 2001; CARDIA E SCHIFFER, 2000 apud ADORNO, 2002).

No Brasil um dos termos de referência para se medir o número de homicídios é a taxa por 100 mil habitantes, utilizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), tida como uma ferramenta fidedigna para se acessar os padrões de criminalidade em determinado território (ROCHA, 2015), servindo como um indicador do grau de violência e possibilitando comparações entre diferentes populações (CRUZ e ARAÚJO, 2012).

A medição por capitais teve início em 2014 (LIMA e BUENO, 2015). A tabela 1 foi elaborada com a intenção de correlacionar os dados de homicídios (por 100 mil habitantes) das capitais brasileiras e os índices referentes a IDH (índice de desenvolvimento humano), GINI<sup>1</sup>, taxa de escolarização e esgotamento das capitais brasileiras. Os anos base são 2010 (último ano de medição do IBGE) e 2020, contudo, devido os dados de homicídios das capitais terem sido aferidos somente a partir de 2014, para eles o ano de referência foi esse.

Tabela 1- Capitais, Homicídios e Indicadores

Região/Estado/Capital	Homicídios	Homicídios	IDHM	Índice de GINI	Taxa de Escolarização	Taxa de Urbanização de vias públicas	Esgotamento Sanitário	
	2014	2020	2010	2010	2010	2010	2010	
<b>NORTE</b>	Belém (PA)	48,4	14,5	<b>0,746</b>	0,6284	96,10%	36,10%	<b>67,90%</b>
	Boa Vista (RR)	14	23,8	<b>0,752</b>	0,5936	96,60%	<b>4,30%</b>	<b>54,10%</b>
	Macapá (AP)	67,6	29,4	<b>0,733</b>	0,6037	<b>94,80%</b>	<b>8,80%</b>	<b>26,80%</b>
	Manaus (AM)	38,6	29,6	<b>0,737</b>	0,6334	<b>94,20%</b>	<b>26,30%</b>	<b>62,40%</b>
	Palmas (TO)	25,6	<b>29,6</b>	0,788	0,5914	98,00%	31,30%	<b>67,60%</b>
	Porto Velho (RO)	28,9	23	<b>0,736</b>	0,5745	<b>94,50%</b>	<b>21,70%</b>	<b>42,80%</b>
	Rio Branco (AC)	33	42,3	<b>0,727</b>	0,6121	95,10%	<b>20,40%</b>	<b>56,70%</b>
<b>NORDESTE</b>	Aracajú (SE)	41,7	29,8	0,77	0,6341	97,40%	55,40%	87,20%
	Fortaleza (CE)	75	45,3	<b>0,754</b>	0,6267	96,10%	<b>13,20%</b>	74,00%
	João Pessoa (PB)	60,6	29,1	<b>0,763</b>	0,6287	96,90%	<b>25,10%</b>	70,80%
	Maceió (AL)	67,6	35,4	<b>0,721</b>	0,6378	95,00%	32,70%	<b>47,10%</b>
	Natal (RN)	59,7	25	<b>0,763</b>	0,6217	96,30%	<b>16,50%</b>	<b>61,80%</b>

1 O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza (WOLFFENBÜTTE, 2004).

	Recife (PE)	30,5	32,1	0,772	<b>0,6894</b>	97,10%	49,60%	<b>69,20%</b>
	Salvador (BA)	46,3	39,6	<b>0,759</b>	<b>0,6449</b>	95,90%	35,00%	92,80%
	São Luís (MA)	63,6	21,9	<b>0,768</b>	0,6266	96,80%	<b>11,70%</b>	<b>65,40%</b>
	Teresina (PI)	50,2	31,9	<b>0,751</b>	0,6171	97,80%	<b>5,80%</b>	<b>61,60%</b>
<b>CENTRO OESTE</b>	Brasília (DF)	25	12,6	0,824	0,637	97,50%	57,00%	87,90%
	Campo Grande (MS)	17,7	15,6	0,784	0,572	98,00%	33,40%	<b>58,70%</b>
	Cuiabá (MT)	42,6	12,9	0,785	0,6008	95,80%	34,30%	80,20%
	Goiânia (GO)	44,5	15	0,799	0,5908	96,40%	48,60%	76,10%
<b>SUDESTE</b>	Belo Horizonte (MG)	31,5	12,5	0,81	0,6106	97,60%	44,20%	96,20%
	Rio de Janeiro (RJ)	19,2	14,2	0,799	0,6391	96,90%	78,40%	94,40%
	São Paulo (SP)	10,1	5,8	0,805	<b>0,6453</b>	96,00%	50,30%	92,60%
	Vitória (ES)	37,2	18,3	0,845	0,6124	97,60%	78,70%	98,10%
<b>SUL</b>	Curitiba (PR)	30,5	12,7	0,85	<b>0,5652</b>	97,60%	59,10%	96,30%
	Florianópolis (SC)	10	12,8	0,847	<b>0,5474</b>	98,40%	54,40%	87,80%
	Porto Alegre (RS)	42,4	18,2	0,805	0,6144	96,60%	69,40%	93,00%

Por conseguinte, foi possível constatar que nas capitais da região sul, sudeste e centro oeste, no ano de 2014, no geral, houve índices menores de homicídios e consequentemente IDHs maiores. Nas capitais do norte e nordeste, ao contrário, os índices de homicídios são maiores e consequentemente os IDHs são menores, sendo, portanto, possível concluir que quanto maior o IDH, menor são os índices de homicídios. Quanto à taxa de urbanização das vias públicas e esgotamento sanitário também houve correspondência entre as capitais do norte e nordeste com o número de homicídios: quanto menores os números de infraestrutura, maior foi o número de assassinatos. No ano de 2020 as taxas de homicídios caíram em quase todo o país e consequentemente se imagina que o IDH, de uma forma tenha subido nas capitais que apresentaram queda.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Sergio. **Exclusão socioeconômica e violência urbana**. Scielo, Porto Alegre: ano 4, nº 8, jul/dez 2002, p. 84-135. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/NHCPpWZJ3mnhknNxjxxbKW/h/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 31 mai. 2021.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa nacional de Direitos Humanos (PnDH-3)** / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - rev. e atual. Brasília: SDH/Pr, 2010. 228p.

BUENO, Samira; Lima, Renato Sérgio de (coord.). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019**. São Paulo: 2019. ISSN 1983-7364, ano 13, 2019. Disponível em: [https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019- FINAL\\_21.10.19.pdf](https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019- FINAL_21.10.19.pdf). Acesso em: 25 mar. de 2022.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**: edição revisada, acompanhada de um posfácio (1975). 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

CRUZ, Francisco Viana; ARAÚJO, Adriano Firmino Valdevino. **Análise da Criminalidade em Palmas-TO: uma Abordagem Econométrica da Violência Urbana**. Informe Gepec, Toledo, v. 16, n. 2, p. 170 - 185, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/4794/6995#>. Acesso em: 23 jul. 2021.

LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015**. ISSN 1983-7364, ano 9, 2015. Disponível em: [https://forumseguranca.org.br/storage/9\\_anuario\\_2015\\_retificado\\_.pdf](https://forumseguranca.org.br/storage/9_anuario_2015_retificado_.pdf). Acesso em: 09 abr. de 2022.

ROCHA, Rafael Lacerda Silveira. **Vinganças, guerras e retaliações: um estudo sobre o conteúdo moral dos homicídios de caráter retaliatório nas periferias de Belo Horizonte**. Repositório Institucional, Belo Horizonte, Nov. 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-B75EMG/1/vingan\\_as\\_guerras\\_e\\_retalia\\_es\\_rafael\\_rocha.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-B75EMG/1/vingan_as_guerras_e_retalia_es_rafael_rocha.pdf).

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. O que é? – Índice GINI. Desafios do Desenvolvimento. Ano 1, Edição 4, nov. 2004. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2048:catid=28](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28). Acesso em: 23 out. de 2022.